

Direitos da criança aguardam mudança em conselho tutelar

Patrícia Saboya anuncia proposta para unificar datas de eleição dos conselhos tutelares em todo o país

A pontado como o país que possui o maior sistema de garantias de direitos da criança, o Brasil ainda integra o grupo que mais viola esses direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completa 20 anos hoje, enfrenta dificuldades para ser implementado. Projetos de Arthur Virgílio e Lúcia Vânia buscam assegurar seu cumprimento. **4 e 5**

Mário Viggiano/Rede Solidária Anjos do Amanhã



Projeto do voluntário Mario Viggiano, da Rede Solidária Anjos do Amanhã: princípios de inserção recomendados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente

especial
Cidadania

Congresso promulga hoje as PECs da Juventude e do Divórcio

O Congresso se reúne hoje, às 12h, para a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição 42/08, que abre espaço

para a criação de políticas públicas destinadas aos jovens, e da PEC 28/09, que acelera o processo de divórcio. **3**

Informação sigilosa liberada em prazo menor **7**

Comissão retoma exame de reforma eleitoral **7**

Candidaturas ao Senado incluem oito governadores **2**

José Cruz



Homenagem à Igreja Memorial Batista

O Senado realizou sessão especial em homenagem à Igreja Memorial Batista de Brasília pela passagem dos 50 anos de sua fundação na capital. **8**

Cristovam (E), Mozarildo, Marconi, Sérgio Luiz de Freitas, Josué Mello Salgado e João Roberto Raymundo

Informações do TSE mostram que dez ex-governadores pretendem disputar vaga no Senado; dois deles tiveram diplomas cassados e deixaram mandatos no ano passado

Oito governadores deixaram cargo para disputar Senado

DE ACORDO COM informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), concorrerão a vagas no Senado nas eleições deste ano oito candidatos que até o começo do ano governavam seus estados. Eleitos em 2006, deixaram seus cargos para tentar ocupar uma cadeira no Senado. São eles: Eduardo Braga (AM), Waldez Góes (AP), Aécio Neves (MG), Blairo Maggi (MT), Wellington Dias (PI), Wilma de Faria (RN), Ivo Cassol (RO) e Roberto Requião (PR).

Também eleitos governadores em 2006, concorrerão ao Senado Cássio Cunha Lima (PB) e Marcelo Miranda (TO). Eles

tiveram seus diplomas cassados pelo TSE e deixaram os mandatos antes de completá-los.

Em 3 de outubro haverá eleições para 54 das 81 vagas no Senado, o que representa dois terços da Casa. Dos atuais senadores, 31 buscam a reeleição.

Enquanto a senadora Marina Silva (PV-AC) se candidata à Presidência da República, outros senadores investem em candidaturas nos seus estados: ao governo de São Paulo, Aloizio Mercadante (PT); ao de Minas Gerais, Hélio Costa (PMDB); ao de Santa Catarina, Ideli Salvatti (PT); ao do Amazonas, concorre o senador Alfredo Nascimento

(PR); ao de Alagoas, Fernando Collor (PTB); ao de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB); ao do Piauí, João Vicente Claudino (PTB); e ao do Paraná, Osmar Dias (PDT).

E, ainda, dois membros da atual legislatura vão concorrer a deputado federal – Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – e um a suplente de senador. A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) concorrerá ao cargo de deputada estadual. Por outro lado, 12 senadores – entre eles Serys Silhessarenko (PT-MT) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – decidiram não se candidatar a nenhum cargo político.



O presidente do Senado, José Sarney, recebe em seu gabinete comissão de juristas criada para apresentar proposta

Código Eleitoral terá anteprojeto até fim do ano

A comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto de novo Código Eleitoral deverá concluir seus trabalhos até o final do ano. A comissão, instituída pelo presidente do Senado, José Sarney, é integrada por 20 juristas e presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli. Instalado no dia 7 deste mês, o colegiado tem um prazo de 180 dias para apresentar um anteprojeto de Código Eleitoral, que será então analisado por uma comissão especial de 11 senadores.

A reforma do Código Eleitoral (Lei 4.737/65) seguirá o molde das outras duas reformas que estão tramitando no Congresso: a do Código de Processo Penal e a do Código de Processo Civil.

A comissão deverá consolidar e aprimorar a legislação vigente, especialmente quanto à uniformização dos vários ritos processuais e procedimentos eleitorais atualmente em vigor. Nenhum dos juristas envolvidos no trabalho será

remunerado.

O atual Código Eleitoral está em vigor desde a época do regime militar. Sarney lembrou que desde 1965 o país sofreu profundas mudanças, e as leis, portarias e resoluções aprovadas desde então foram respostas a problemas surgidos em cada eleição. Tal fato, segundo disse, tornou o sistema eleitoral brasileiro "anárquico". Por outro lado, ele aplaudiu avanços, como a instituição da urna eletrônica.

Quando recebeu os juristas integrantes da comissão, Sarney destacou que a criação de novas regras a cada eleição gera insegurança jurídica e desestabiliza o processo legal. Ele afirmou que o trabalho dessa comissão poderá ser o passo inicial para uma posterior reforma política.

– Essa não é uma comissão de reforma política, mas da base onde tudo começa: o sistema de escolha. Se nós temos uma boa legislação eleitoral, nós temos condições de ter uma reforma política, um sistema político que sirva a democracia

– analisou o senador.

Sarney apontou a necessidade do fortalecimento dos partidos políticos, em vez dos candidatos. Ele observou que "um parlamento forte não se faz sem democracia forte; e democracia forte não se faz sem partidos fortes". O presidente do Senado disse ainda que o atual sistema eleitoral, baseado na escolha de nomes, de pessoas, enfraquece os partidos.

Os demais integrantes da comissão de juristas são Admar Gonzaga Neto, Arnaldo Versiani Leite Soares, Carlos Caputo Bastos, Carlos Mário da Silva Velloso, Edson de Resende Castro, Fernando Neves da Silva, Geraldo Agosti Filho, Hamilton Carvalhido, Joelson Costa Dias, José Eliton de Figuerêdo Júnior, José Rollemberg Leite Filho, Luciana Müller Chaves, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Márcio Silva, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Roberto Monteiro Gurgel Santos, Cezar Britto, Torquato Lorena Jardim e Walter de Almeida Guilherme.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não terá deliberações

14h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a discursos dos senadores e comunicados da Mesa.

Presidência Ministro da Saúde José Gomes Temporão

11h O presidente do Senado, José Sarney, recebe o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Às 12h, preside a sessão do Congresso destinada à promulgação das PECs 42/08 (da Juventude) e 28/09 (do Divórcio).

Congresso Promulgação da PEC da Juventude

12h Sessão conjunta no Plenário do Senado para promulgar as PECs da Juventude e do Divórcio.

CRA Regime de exploração dos portos secos

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa proposta que altera o regime jurídico de exploração dos chamados portos secos – armazéns alfandegários destinados à movimentação e guarda de mercadorias. Examina ainda projeto que reduz a base de cálculo da contribuição devida pelas entidades de turfe à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional.

CAE Incentivos à contratação de jovens e idosos

10h Empresas que contratarem trabalhadores jovens, com 18 a 24 anos, ou com mais de 50 anos poderão ter desconto no Imposto de Renda devido. Dois projetos que tratam da concessão de incentivos fiscais a empresas que admitirem funcionários nessas faixas etárias serão analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Outro projeto concede abatimento no IR às pessoas e empresas que façam doações a fundos públicos de geração de emprego.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Companheiro sobrevivente poderá ter direito a moradia

O direito dos companheiros sobreviventes a continuarem residindo na casa da família após a morte de um dos membros do casal poderá constar do Código Civil Brasileiro (CCB). Esse é o objetivo do projeto de lei do Senado (PLS 414/09), de autoria da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, amanhã, a partir das 10h.

A mudança proposta no CCB, se alcançada, por fim a controvérsias existentes na doutrina e na jurisprudência jurídicas sobre o problema, as quais muitas vezes têm prejudicado os companheiros sobreviventes de uniões estáveis, que não se casaram em cartório.

Atualmente, somente a Lei 9.278/96 garante o direito a um

companheiro de permanecer morando na residência do casal após o falecimento do outro. Já o CCB atribui essa prerrogativa apenas aos pares que tiverem contraído matrimônio.

A proposta de Marisa Serrano dá nova redação ao artigo 1.831 do CCB determinando que o companheiro, do mesmo modo que o cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens do casamento, terá assegurado o direito real de habitação com relação ao imóvel destinado à residência da família.

Para fazer jus a esse benefício, o cônjuge ou companheiro sobrevivente não poderá possuir outro imóvel residencial particular em qualquer localidade do país. A relatora da matéria, Serys Silhessarenko (PT-MT), apresentou voto favorável a sua aprovação.



Marisa Serrano é autora do projeto que será examinado pela CCJ



Raimundo Colombo, relator da proposta que inclui os técnicos em informática

CAS vota hoje regulamentação para analistas de sistemas

O projeto de lei que regulamenta as profissões de analista de sistemas (nível superior) e técnico em informática (nível médio) está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne amanhã às 11h30. Se a comissão confirmar a aprovação do texto em decisão terminativa, ele será enviado diretamente à Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

Debates anteriores indicaram que não há consenso sobre a proposta. Em audiência pública realizada pelo Senado no final de 2008, os participantes se dividiram entre os que defendem a regulamentação e os que são contra a iniciativa. Para os que são contrários, o projeto criaria uma reserva de mercado, impedindo assim a colaboração de profissionais de outras áreas. Eles também argumentam que o controle da profissão deveria ser feito a partir da qualidade do produto.

O projeto (PLS 607/07) foi apresentado pelo então senador Expedito Júnior. Na ocasião, Expedito ressaltou que o texto proposto por ele foi inspirado em outro projeto de lei: o PL 1.947/03, que acabou sendo arquivado, do ex-deputado federal Eduardo Paes (hoje prefeito do Rio de Janeiro).

Regras

A proposta – já aprovada em primeira votação pela CAS – determina que pode exercer a profissão de analista de sistemas quem possuir diploma de Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados ou Engenharia de Software (esse item incluído por emenda apresentada na própria CAS).

Também estariam autorizados aqueles que tenham exercido a profissão comprovadamente por pelo menos cinco anos e aqueles

que tiverem se graduado no exterior e revalidarem seus diplomas no Brasil.

Quanto à profissão de técnico em informática, a proposta determina que podem exercê-la quem fez curso técnico de informática ou de programação de computadores (ensino médio ou equivalente) e quem já tenha exercido essa profissão, comprovadamente, por pelo menos quatro anos.

O texto determina ainda que “é privativa de analista de sistemas a responsabilidade técnica por projetos e sistemas para processamento de dados, informática e automação, assim como a emissão de laudos, relatórios e pareceres técnicos”.

O projeto também estabelece a jornada de trabalho de 40 horas semanais, “facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”. Para os profissionais que exercem atividades em que há “esforço repetitivo”, a jornada será de 20 horas semanais, que não podem exceder a cinco horas diárias, incluído um descanso de 15 minutos. O relator da matéria é o senador Raimundo Colombo (DEM-SC).

Modificações

Antes de chegar à CAS, a matéria foi modificada por outras duas comissões do Senado: primeiramente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e, em seguida, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Uma das principais alterações foi a retirada dos dispositivos que previam a criação de conselhos federais e regionais para o setor. Os relatores na CCT e na CCJ argumentaram que esses conselhos só podem ser criados pelo presidente da República, e não pelo Congresso.

Nova emenda constitucional abre caminho para adoção de políticas em favor do jovem; outra acelera o processo para dissolução do matrimônio, dispensando separação prévia

Congresso promulga hoje PECs da Juventude e do Divórcio

O CONGRESSO NACIONAL reúne-se hoje, às 12h, no Plenário do Senado, para a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição 42/08, a PEC da Juventude, e da PEC 28/09, que acelera o processo de divórcio.

A chamada PEC da Juventude abre espaço para a criação de políticas públicas destinadas aos jovens, ao inseri-los no capítulo da Constituição que trata dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso. Essa emenda constitu-

cional terá o número 65.

A PEC modifica ainda o artigo 227, com o mesmo objetivo de incluir menção ao jovem. Esse dispositivo terá a seguinte redação: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los

a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A proposta foi aprovada primeiramente pela Câmara, a partir dos trabalhos de uma comissão especial, e o texto original teve como primeiro signatário o deputado Sandes Júnior (PP-GO). No Senado, a aprovação ocorreu na última quarta-feira. O projeto recebeu na Comissão Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa três emendas de redação.



As duas emendas que deverão ser incorporadas à Constituição receberam aprovação final dos senadores na noite da última quarta

Ação para extinguir casamento terá maior rapidez

A PEC do Divórcio, que facilita a dissolução do casamento civil, suprime o requisito de separação judicial prévia por mais de um ano ou de separação de fato por mais de dois anos.

Para o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), perdeu o sentido manter tais pré-requisitos temporais para a concessão do divórcio. Ele lembrou, na noite da votação, na última quarta-feira, que no mundo inteiro essa exigência foi abolida, pois não faz sentido manter unidas por mais tempo pessoas que não querem permanecer juntas. Demostenes

argumentou que o divórcio direto, sem a necessidade de separação, reduzirá gastos com advogados e emolumentos.

Já o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que não concorda com o teor da proposta, apresentou questionamento à CCJ, para rever o texto, o que impediria a promulgação hoje. Mas retirou a consulta por não querer “frustrar a expectativa dos senadores e da Casa” quanto à promulgação, segundo documento encaminhado à Mesa do Congresso.

Ainda durante a sessão de votação, Crivella anunciou que recorrerá, pois a PEC receberá apenas 49 votos favoráveis, sendo o último

deles um voto oral da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Na opinião do parlamentar, o fato de ter sido aprovada com o número mínimo exigido para uma alteração na Constituição, e com apenas 48 registrados no painel de votação, demonstraria que não há um consenso na Casa.

Antes da aprovação, Crivella afirmou ter restrições à proposição, “porque ela banaliza a instituição mais sagrada da sociedade brasileira, a instituição do casamento”. O interstício, disse o senador, “evita que os casais se casem apressadamente e, sem ele, será um casamento que não contribuirá em nada para a nacionalidade”.

Licença-maternidade de 180 dias deve ser votada em agosto

O Plenário do Senado fechou a pauta de votações do semestre com uma série de aprovações importantes na terça-feira e quarta-feira da última semana. Os dois dias de votação, porém, não foram suficientes para esgotar a lista de matérias que havia sido pactuada pelos líderes.

Assim, na mesma ocasião, por iniciativa do líder do governo,

Romero Jucá (PMDB-RR), foi marcado um novo esforço concentrado para depois do recesso, nos dias 10 e 11 de agosto. Nesse período, o destaque deverá ser a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07) da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) que estende a licença-maternidade para 180 dias. A matéria já foi aprovada em primeiro turno na semana

passada.

Também está na lista de prioridades para agosto a conclusão da tramitação da PEC 17/10, de Romero Jucá, que trata do quadro de servidores civis e militares dos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima, além de uma série de projetos de lei.

Entre esses está o Projeto de Lei da Câmara 6/09, que reestrutura e moderniza o Sis-

tema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e fortalece o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

De acordo com Jucá, para que não sejam inviabilizadas as deliberações importantes do Senado devido ao período eleitoral, no mês de setembro também será realizado um esforço concentrado, ainda sem data marcada.



Rosalba Ciarlini é autora da proposta, que já foi votada em primeiro turno

Senado analisa mudanças no ECA, que faz 20 anos

APONTADO PELO FUNDO das Nações Unidas para a Infância (Unicef) como o país que possui o maior sistema de garantias de direitos da criança, o Brasil ainda integra o grupo que mais viola esses direitos. O que explica essa aparente contradição é a existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completa 20 anos hoje. "A lei está entre as mais modernas do mundo", sustenta o consultor do Unicef Benedito Rodrigues dos Santos, que integrou o grupo de redação que elaborou o ECA.

Promulgada em 13 de julho de 1990, a Lei 8.069 incorporou, segundo o consultor, os avanços de um século expressos na Convenção Internacio-

nal sobre os Direitos da Criança (a ONU adota essa classificação para a faixa etária até 18 anos, aprovada em 1989. Além dessa "sinergia histórica", o ECA inovou ao criar os conselhos tutelares (CTs), cuja concepção é considerada única no mundo.

— Eles tiraram da invisibilidade uma série de violações que a sociedade desconhecia, como a violência física dentro dos lares e os abusos sexuais dentro das famílias — avalia Santos, que foi coordenador-geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Ao evidenciar esses casos, as estatísticas cresceram. Os CTs, que são municipais, tornaram-se a porta de entrada das

queixas e denúncias das violações dos direitos infanto-juvenis. Há 5.472 conselhos no país, que atendem 98,3% dos municípios. Mas a maioria dos especialistas considera que são as diferenças entre os CTs que impedem avanços, dizem especialistas

O aperfeiçoamento dos CTs está na pauta do Senado. Dois projetos de senadores do PSDB, um de Arthur Virgílio (AM), PLS 119/08, e outro de Lúcia Vânia (GO), PLS 278/09, estão sendo analisados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) deve apresentar nos próximos dias a nova versão do seu relatório, com um texto alternativo aos dois projetos.



Horta de produtos orgânicos que integra projeto do voluntário Mario Viggiano, da Rede Solidária Anjos do Amanhã, idealizada pelo juiz Renato Scussel, da 1ª Vara de Infância do DF

País tem legislação moderna de proteção à criança e ao adolescente; conselhos tutelares estão presentes em 98,3% dos municípios, mas diferenças entre eles impedem avanços, dizem especialistas

Seminário discute políticas para a infância

Quem quiser acompanhar os projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam da criança e do adolescente pode fazê-lo pelo www.criancanoparlamento.org.br, site lançado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) em agosto do ano passado.

— O site tornou-se um importante instrumento de mobilização da rede de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente operada pelo Inesc — afirma a assessora da entidade Cleomar Manhas.

Esse trabalho será uma das iniciativas debatidas no seminário Os 20 Anos do ECA e as Políticas Públicas: Conquistas e Desafios, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que começa hoje no Auditório Nereu Ramos. Durante dois dias, parlamentares, especialistas e representantes do governo, dos movimentos sociais e de organismos internacionais vão avaliar as políticas públicas para essa clientela.

Haverá debate sobre as propostas dos presidencialistas e dos partidos políticos para a infância e a adolescência.

Dificuldades enfrentadas pelos conselhos tutelares

O índice de dificuldade indica em que medida cada um dos fatores abaixo atrapalha o trabalho no dia a dia dos conselhos tutelares pesquisados: 0 a 0,33, baixa dificuldade; 0,33 a 0,67, média dificuldade; 0,67 a 1, alta dificuldade.



Fonte: FIA — Fundação Instituto de Administração

Conselhos despreparados e população omissa

Poucos são os brasileiros que sabem que os conselhos tutelares devem ser escolhidos por voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos maiores de 16 anos do município. O órgão encarregado de regulamentar, conduzir e dar a mais ampla publicidade a essa eleição é o conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. E cabe ao Ministério Público fiscalizar todo o processo.

No entanto, esse dispositivo da Resolução 75 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) é pouco seguido. O governo sabe disso e os con-

selhos municipais não fazem a sua parte. Apenas 17% dos conselhos tutelares conhecem as orientações do Conanda e, curiosamente, um percentual um pouco superior (19%) as aplica no seu dia a dia, como revelou em 2006 a pesquisa *Os bons conselhos — conhecendo a realidade*, encomendada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pelo Conanda.

A comunicação só é melhor com os conselhos estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na média, 84% deles conhecem as resoluções do Conanda, mas apenas 60% as incorporam em suas ações. Segundo estudo da consul-

tora do Senado Cleide Lemos, há um desconhecimento generalizado da população sobre o conteúdo do ECA. Existe senso comum de que se trata de lei aplicável apenas aos jovens e às crianças com baixo poder econômico, sendo muitas vezes responsabilizada pelo aumento da violência por não punir os adolescentes infratores. Essa visão distorcida e o desconhecimento da lei, conforme a consultora, resultam na falta de engajamento da população com a causa infanto-juvenil e explicam a baixa participação da comunidade local no processo de escolha dos conselhos.

Proposta unifica data da eleição dos conselheiros

Para engajar a sociedade no processo de escolha dos integrantes dos conselhos tutelares (CTs), a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) propõe a unificação da data das eleições, que atualmente variam de acordo com a lei do município. No primeiro domingo de outubro do ano seguinte ao das eleições para governadores, os eleitores do município poderão escolher por voto direto, secreto e facultativo cinco titulares e até dez suplentes para compor o CT. O mandato de cada conselheiro deve ser ampliado dos três anos atuais para quatro, aproveitando o que propôs a senadora Lúcia Vânia no PLS 278/09.

Mas a relatora admite apenas uma recondução ao cargo, enquanto Lúcia Vânia aceita a recondução do conselheiro quantas vezes o seu eleitorado quiser. Patrícia mantém um conselho por município, descartando proposta de Arthur Virgílio de dois conselhos, com mandato de cinco anos para os seus integrantes. A senadora explicou ao *Jornal do Senado* que é importante definir critérios nacionais, porque as eleições estariam se tornando partidárias, com preferidos querendo manobrá-las.

Uma novidade que a relatora



Patrícia Saboya defende direitos básicos, como férias e 13º salário

quer introduzir é a participação da Justiça Eleitoral nesse processo, que continua sob responsabilidade dos conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e com fiscalização do Ministério Público, como prevê a resolução do Conanda. Há previsão de que possam ser aplicadas as normas eleitorais vigentes, como proibir distribuição de camisetas, bonés e outros materiais de campanha, exceção feita aos folhetos e volantes impressos.

Será vedada publicidade eleitoral paga e o poder público

zelará para que haja divulgação igualitária dos nomes dos candidatos regularmente inscritos. Para estimular a participação popular no processo de escolha dos conselheiros, Patrícia prevê campanhas de esclarecimento veiculadas em meios de comunicação locais. A relatora deixa expresso que compete ao poder público prover a estrutura necessária para o bom funcionamento dos conselhos. "Há alguns que nem telefone têm", disse a senadora.

Uma das questões mais delicadas do projeto trata da remuneração dos conselheiros e dos direitos trabalhistas e previdenciários assegurados a eles. Virgílio queria equiparar os conselheiros aos servidores federais, com vencimentos pagos pela União. Lúcia Vânia estipulou em 60% da remuneração do vereador local. Os dois projetos preveem os chamados direitos básicos e plano de saúde.

A relatora quer garantir os direitos básicos, como férias, 13º salário, licenças-maternidade e paternidade, mas não a inclusão em plano de saúde, porque muitos municípios sequer asseguram esse benefício aos seus funcionários.

Ajuda voluntária na formação de crianças abrigadas

O arquiteto Mario Hermes Viggiano, 44 anos, que trabalha no Departamento de Engenharia do Senado, é um exemplo de como colocar o seu talento a serviço das crianças e dos adolescentes abrigados em instituições públicas, ajudando a colocar em prática princípios de inserção social preconizados pelo ECA.

No início desse ano, após obter informação sobre a Rede Solidária Anjos do Amanhã — programa de articulação de trabalho voluntário idealizado pelo juiz Renato Scussel, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, e implantado em 2006 —, Viggiano propôs empregar seus próprios recursos para ensinar crianças abrigadas a plantar e manter hortas orgânicas.

A ideia nasceu depois que iniciou projeto de sistema agrícola sustentável em uma área de 16 mil metros quadrados no Gama

(DF), pertencente ao seu pai. "Querida difundi-lo. Opetei por trabalhar nos abrigos. Ao mesmo tempo que estaria proporcionando alimentação saudável para as crianças, estaria conscientizando e preparando a cabeça delas dentro de uma visão de sustentabilidade", contou o arquiteto, que há dez anos pesquisa e desenvolve sistemas sustentáveis, que intitulou de "casa autônoma" (www.casaautonoma.com.br).

Viggiano iniciou o trabalho no Centro Comunitário Imaculada Conceição (Ceicon), em Sobradinho (DF), que possui poucas crianças e um bom terreno, inclusive com área desocupada para o plantio. "Percebi que as crianças tinham carência de atenção, mas, à medida que iam se envolvendo com a horta, sentiam-se úteis. O segredo é não impor a tarefa como obrigação, mas incentivar a curiosidade das crianças", relatou.

Menino fica cego de um olho após levar surra da avó e é adotado

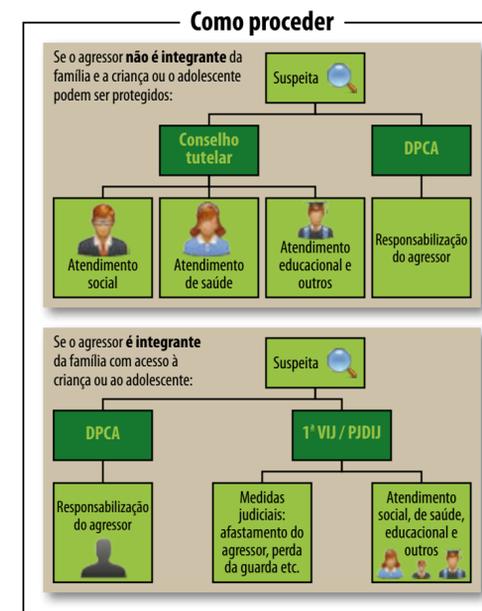
César teve uma história de maus-tratos e pancadaria até ser retirado do convívio com a avó materna alcoólatra, em Buritis (MG). Uma das surras cegou-lhe o olho esquerdo aos 6 anos. A fivela do cinto provocou um trauma acarretando uma catarata. Com a ajuda da Rede Solidária Anjos do Amanhã, o menino, com 9 anos, foi operado há cerca de quatro meses por um médico voluntário do Centro Brasileiro da Visão.

Agora já consegue definir cores e formas e ver vultos. "O doutor Douglas acha possível que ele recupere a nitidez das imagens", anima-se a mãe adotiva, Márcia Rodrigues Xavier, auxiliar de laboratório em um centro de saúde em Planaltina (DF). César só retira o tampão quando vai para a escola, onde cursa o terceiro ano. A Anjos do Amanhã também ajudou a família com uma terapeuta voluntária, Cássia Raquel, que nos últimos sete meses de acompanhamento, conseguiu melhorar o estado

emocional da criança. Márcia contou ao *Jornal do Senado* que César, adotado em julho do ano passado, entrou em uma grave crise de ansiedade quando soube que teria uma festinha de aniversário em 28 de agosto, quando completaria 9 anos. A expectativa de pela primeira vez ter um bolo de aniversário, mesmo que modesto, provocou-lhe a ansiedade tão grande que passou a não conseguir mais controlar a urina. A mãe adotiva pensou que o desafio era maior do que imaginava. Foi quando passou a ser ajudada por Raquel.

Sem muitos recursos financeiros, mas com muito amor e sensibilidade, o casal Márcia, com 45 anos, e José Omar Diniz Xavier, 44, — que atua em uma entidade do terceiro setor que atende 400 pessoas, entre mulheres, idosos e jovens que são capacitados em corte e costura —, criou três filhas, a mais nova com 19 anos. O casal adotou também Juliano, irmão mais novo de César.

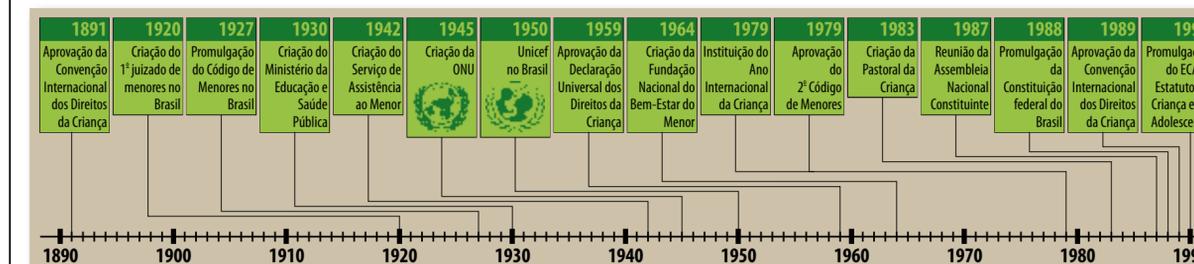
Cartilhas orientam quem precisa da vara da infância



Fonte: Programa Juventude

Os direitos infanto-juvenis na linha do tempo

A promulgação do ECA (Lei 8.069/90) ocorreu em 13 de julho de 1990, consolidando uma grande conquista da sociedade brasileira: a produção de um documento de direitos humanos que contempla o que há de mais avançado na normativa internacional com relação aos direitos da população infanto-juvenil



Fonte: FIA — Fundação Instituto de Administração

Saiba mais

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)
www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/conselho/conanda

Pesquisa Os bons conselhos — conhecendo a realidade

www.senado.gov.br/noticias/jornal/pdf/conhecendoarealidade.pdf
Criança e Adolescente no Parlamento
www.criancanoparlamento.org.br

Rede Solidária Anjos do Amanhã
www.anjosdoamanha.tjdf.tjus.br

Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
www.obscriancaeadolescente.org.br

Especial Cidadania edição nº5 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/EstatutoCrianca/EstCriancaAdo.htm

Para senador, telenovelas têm influência sobre os costumes e deveriam apresentar modelos de sucesso baseados na educação e não apenas na beleza física e na esperteza

Cristovam sugere que novelas incentivem educação

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) sugeriu em discurso ontem que os autores de novelas procurem incentivar a educação e transmitir a ideia de que não é só graças ao dinheiro ou à beleza física que as pessoas vencem na vida ou são reconhecidas. Ele lamentou que as novelas brasileiras só mostrem que são bem-sucedidos

os jovens “mais espertos ou mais sarados”, ou seja, os que têm corpo bonito, moldado em academias de ginástica.

Cristovam informou que já fez essa sugestão no passado, sem sucesso. Disse que até entende a posição dos autores, pois “infelizmente os brasileiros acham que as pessoas cultas são chatas ou até pedantes”. Por

isso, ponderou o senador, as novelas teriam de incentivar a educação “de forma sutil, inteligente, ou então soaria como algo demagógico”.

O parlamentar aplaudiu o empresário Emílio Odebrecht, que assinou artigo neste domingo, no jornal *Folha de S. Paulo*, em que sustenta que a influência das novelas brasileiras tem sido mais benéfica do que maléfica em relação aos costumes. O empresário sugere que os autores de novela usem o meio para reforçar no ideário dos brasileiros “a crença no trabalho duro e honesto como forma de ascensão social”.

Cristovam Buarque lamentou ainda que nas escolas públicas de praticamente todo o país faltem professores de Química e Física no ensino médio, como mostrou, também neste domingo, o programa *Fantástico*, da Rede Globo. Para ele, em qualquer país onde a educação “é levada a sério pelo governo”, haveria no dia seguinte “socos na mesa” e pedidos de explicações sobre o problema.

– Infelizmente, a reportagem não tem necessária repercussão, apesar da gravidade do que foi mostrado, com alunos revoltados dizendo que só apareceu professor de Química ou Física no final do semestre – lamentou.



Cristovam: “Infelizmente, os brasileiros acham as pessoas cultas chatas e pedantes”

Luz para Todos ajuda a fixar o jovem no campo, diz Serys

Em seu pronunciamento na sexta-feira sobre a aprovação da proposta de emenda (PEC 42/08) que inclui os jovens no capítulo da Constituição que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso, Serys Shessarenko (PT-MT) apontou o programa Luz para Todos como exemplo de políticas públicas que beneficiam a juventude. E apontou o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, que presidia a sessão, como “um grande executor desse projeto”. Lançado em 2003 pelo governo federal, o programa visa garantir à totalidade da população rural do país o acesso à energia elétrica.

– Sabemos que o Luz para Todos hoje está no pé em que está graças à sua atuação muito firme nos últimos tempos. Pelo menos, desde que assumiu [o ministério], o senhor foi muito determinado. Se não tivesse sido, pelo menos no meu Mato Grosso, não estaria tão adiantado o programa.

Segundo a senadora, em seu estado, o Luz para Todos está ajudando a fixar a juventude no campo. Por falta de condições de trabalho, ressaltou, os jovens acabam se mudando para a cidade, muitas vezes para a periferia.

– O Luz para Todos foi uma grande mola propulsora da fixa-



Serys elogia a atuação de Lobão quando ministro de Minas e Energia

ção dessa juventude no campo. Se a família tem um pedacinho de terra, ele corta um pedaço do terreno, faz a sua casinha, tem o programa de moradia, de construção de casas na área rural – disse.



Mozarildo Cavalcanti critica despesas realizadas pelo governador do estado

Mozarildo: Roraima fará a campanha mais cara do país

“Roraima deve ter a campanha mais cara do país, com R\$ 116 por voto.” Esse é o título de matéria da qual o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu trechos em Plenário. O jornal *O Estado de S. Paulo* comparou as estimativas de gastos dos candidatos aos governos dos 26 estados e do Distrito Federal e constatou que em Roraima serão gastos até R\$ 116,72 por voto captado. O segundo colocado nesse ranking é Tocantins.

Mozarildo citou também informação do jornal *Folha de Boa Vista*, segundo o qual o atual governador de Roraima, Anchieta Júnior, declarou ao Tribunal Regional Eleitoral que gastará R\$ 20 milhões na tentativa de reeleição. O senador, no entanto, cogitou a possibilidade de esse valor ser maior ainda, já que Anchieta Júnior teria lhe dito que mantinha R\$ 50 milhões para gastar na campanha.

Outra atitude do governador mereceu críticas de Mozarildo: a aquisição, pelo governo do estado, de uma aeronave Learjet, modelo 55, importada dos Estados Unidos. O senador contou que o governo já dispunha de um jatinho da mesma marca, só que de modelo

diferente, o 35. Agora, campanha mais cara do país, completou Mozarildo, a assembleia legislativa autorizou a venda da aeronave antiga.

– Essa atitude até seria coerente se ele vendesse o avião de maneira honesta e aplicasse o dinheiro em setores como saúde, educação e segurança. Poderia até vender o Learjet 55 também. Quando o governador esteve aqui há poucos dias, consultei empresas que fretam jatinho. Um voo de Boa Vista, passando por Manaus e chegando a Brasília, custa cerca de R\$ 100 mil. Uma passagem aérea normal, sem promoção, sai por pouco mais de R\$ 1 mil. Por que pagar cem vezes mais?

Maçonaria

Outro registro feito por Mozarildo foi a realização, em Belém, da 39ª assembleia geral ordinária da Conferência Nacional da Maçonaria Simbólica do Brasil, que está reunindo cerca de 2 mil pessoas de delegações do Brasil e do exterior. O evento, promovido pela Grande Loja Maçônica do Pará, começou no dia 10 e será encerrado nesta quinta-feira. Estão sendo discutidos temas como maçonaria, família, Amazônia, meio ambiente, segurança, ética e moral.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Cristovam Buarque

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Fim do sigilo de informações públicas

Os brasileiros poderão ter acesso a informações consideradas sigilosas, como as relativas a atos dos governos militares, caso os senadores aprovem proposta na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 41/10 reduz os prazos de sigilo de documentos e informações consideradas reservadas, secretas e ultrassecretas guardadas pelo poder público e estabelece procedimentos para acesso a esses dados.

Os classificados como ultrassecretos permanecerão nessa condição por 25 anos, com a possibilidade de única prorrogação. O texto veda a prorrogação indefinida nos casos de documentos capazes de causar ameaça à soberania nacional. Os documentos secretos terão prazo de 15 anos de sigilo e os reservados, de cinco anos.

Classificação

Uma comissão do governo se responsabilizará pela classificação dos documentos no prazo máximo de dois anos após a publicação da chamada Lei Geral de Acesso à Informação. Documentos não classificados nesse período serão automaticamente liberados.

O projeto obriga a autoridade máxima de cada órgão ou entidade a publicar na internet, anualmente, a relação de documentos classificados em cada grau de sigilo, bem como os que tenham sido desclassificados (ou seja, que tenham perdido a condição de reservados, secretos e ultrassecretos).

A cada quatro anos, uma comissão governamental deve fazer uma revisão de documentos classificados como secretos e ultrassecretos. A ausência dessa reavaliação nos prazos previstos implicará a desclassificação automática das informações neles contidas.

Em voto favorável à proposta, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO) afirma que o direito de o cidadão obter dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou coletivo deve ser regulamentado com a amplitude necessária para que tenha eficácia.



Demostenes defende norma ampla para que direito tenha eficácia

A maior parte das mudanças propostas foi aprovada pelo Senado por ocasião da minirreforma eleitoral de 2009, mas não foi aceita pela Câmara dos Deputados

Regras para propaganda eleitoral podem ser alteradas

A PROPAGANDA ELEITORAL por meio de pintura de muros e paredes externas de bens particulares poderá ser proibida. É o que determina proposta que está na pauta de amanhã da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e que será ainda votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o autor do projeto (PLS 93/10), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), as principais mudanças que constam da proposta já foram analisadas pelo Senado e encaminhadas à Câmara em 2009, para serem incorporadas ao texto do projeto da minirreforma eleitoral (PLC 141/09), que tramitava na época. Na ocasião, os deputados consideraram as alterações feitas pelo Senado muito complexas e preferiram manter o texto original, com poucos acréscimos sugeridos pelo Senado. O texto final aprovado pela Câmara está consolidado na Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009.

“O presente projeto tem o propósito de recuperar muitas das propostas de mudança acordadas no Senado quanto ao Código Eleitoral e quanto à Lei das Eleições”, explica Azeredo. Já para o relator na CCT, Papaléo Paes (PSDB-AP), a proposta “preenche uma lacuna legal e contribui para aperfeiçoar a disciplina legal da matéria”.



Eduardo Azeredo quer retomar propostas iniciais de reforma eleitoral

Com base no projeto, não será considerada propaganda política antecipada a participação de filiados a partidos políticos ou pré-candidatos em encontros, reuniões ou eventos festivos e comemorativos, desde que não façam pedido de voto ou de apoio eleitoral. Caso haja manifestações espontâneas de terceiros, no sentido de pedido de voto ou de apoio eleitoral, o filiado ou pré-candidato não poderá ser responsabilizado. Nos comícios, passa a ser permitido projetar em telões trabalhos, propostas e discursos dos candidatos a cargos para o Executivo e o Legislativo, inclusive vídeos e músicas de campanha.

Projeto também regulamenta debates na internet

Pelo projeto de Eduardo Azeredo, também passam a ser permitidos os debates na internet, assim como já acontece no rádio e na televisão, assegurada a participação de 2/3 dos candidatos às eleições majoritárias, e garantida a participação dos candidatos dos partidos que tenham, pelo menos, dez deputados federais.

A Lei 9.504/07 estabelece que, nas eleições proporcionais, os debates deverão assegurar a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos e coligações a um mesmo cargo, podendo durar mais de um dia.

O projeto prevê também que o site do candidato possa ser hospedado em qualquer lugar, assim como a página da coligação. Pela lei em vigor, o endereço eletrônico deve ser comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado em provedor estabelecido no país.

A proposta passa a permitir a divulgação, nas eleições presidenciais, até a antevéspera das eleições, de propaganda paga em sites destinados à veiculação de notícias e informações ao público em geral, inclusive por meio de serviços de busca, limitadas a 24 exposições para cada candidato, por até 24 horas, por site.

O espaço total de propaganda eleitoral não deve invadir o espaço de conteúdo e não pode

exceder, em cada tela, a cada momento, a 1/8 do espaço total. O espaço dedicado à propaganda eleitoral em qualquer site ou página da internet não pode ser reservado exclusivamente a um único partido ou candidato.

Permanece a proibição de qualquer tipo de propaganda em sites de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, bem como nos sites oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A Lei 9.504/07 está sendo alterada para proibir aos candidatos comparecerem a inaugurações de obras públicas, lançamentos de pedra fundamental ou ato de assinatura de ordem de serviço, bem como fazerem propaganda relacionada à obra, nos quatro meses que precedem o pleito (hoje, essa proibição está restrita a três meses).

Prévias

Os partidos políticos passam a ser autorizados a organizar prévias entre pré-candidatos inscritos, com debates públicos que poderão ser transmitidos inclusive na internet.

Em relação à substituição dos candidatos, o projeto determina que, nas eleições majoritárias, o



Papaléo Paes, relator, afirma que mudanças preenchem lacuna legal

O projeto altera a Lei 9.504/97, que estabelece normas para eleições, para aumentar de dez para 24 o número de anúncios de propaganda eleitoral permitido por veículo jornalístico, em datas diversas, para cada candidato, até a antevéspera das eleições.

Quanto à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, sua obrigatoriedade estende-se à programação das concessionárias, permissionárias e autorizadas dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e dos canais sob a responsabilidade dos órgãos estatais ou de empresas públicas de comunicação social.

pedido seja apresentado até 15 dias antes do pleito, em caso de renúncia ou de inelegibilidade, ou de indeferimento de registro. Em caso de falecimento do candidato, o pedido poderá ser feito até a véspera da eleição.

Doações

O regime de doações pela internet é alterado para incorporar doações por cartão de crédito, cartão de débito, boleto ou transferência bancária, autorização de débito em fatura de serviço de telefonia e outros meios eletrônicos de pagamento.

São vedadas doações por entidades esportivas “que recebam recursos públicos”. Hoje, todas elas são objeto dessa proibição, mas Eduardo Azeredo não considera justo que entidades esportivas que não recebem recursos públicos sejam proibidas de contribuir para partidos e candidatos que lhes sejam próximos politicamente, “pois são entidades de direito privado que não recebem verba pública”.

Também fica determinado que partidos, coligações e candidatos serão obrigados a divulgar relatório do recebimento de recursos em três datas diferentes: 6 de agosto, 6 e 30 de setembro. Atualmente, são duas datas: 6 de agosto e 6 de setembro.

Proposta restringe prescrição de anfetaminas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje substitutivo ao projeto que proíbe os médicos de receitarem anfetaminas misturadas a outras drogas para pessoas que querem emagrecer. Entre essas drogas, estão tranquilizantes (benzodiazepínicos), diuréticos, hormônios ou extratos hormonais e laxantes. Se a medida for aprovada, os médicos não poderão mais incluir as anfetaminas nos chamados coquetéis para emagrecimento. A reunião da CAE começa às 10h.

O projeto original (PLS 63/10), de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), propõe banir do Brasil as anfetaminas, impedindo sua produção e importação ou que sejam prescritas pelos médicos. A anfetamina, lembra Crivella, foi o primeiro moderador de apetite utilizado no manejo da obesidade. Depois, surgiram vários derivados. O senador pondera que essa droga passou a ser utilizada indiscriminadamente, inclusive por motoristas de caminhão e estudantes, pois ela retira o sono das pessoas.



Roberto Cavalcanti, o relator, concorda com o projeto de lei

Na CAS, benefício para a contratação de ex-prisioneiros

Empresas tributadas com base no lucro real e que venham a contratar pessoas egressas da prisão poderão receber incentivos fiscais. A dedução do imposto devido seria equivalente ao valor pago pelos encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos trabalhadores durante os dois primeiros anos da contratação.

A medida está prevista em projeto (PLS 40/10), da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se aprovada, a proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

De acordo com a proposição, poderão ser abatidas as contribuições referentes à Previdência Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), salário-educação e seguro contra riscos de acidentes de trabalho, entre outras.

O relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), é favorável ao projeto.

Os 50 anos de fundação da Igreja Memorial Batista foram comemorados pelo Plenário. A sessão solene foi solicitada por Marconi Perillo

Senado homenageia igreja batista de Brasília

O SENADO REALIZOU ontem sessão especial em homenagem à Igreja Memorial Batista de Brasília, pela passagem dos 50 anos de sua fundação na capital – considerando a data oficial, já que os primeiros missionários chegaram à cidade em fins de 1956. Marconi Perillo (PSDB-GO), autor do requerimento propondo o ato solene, também presidiu os trabalhos. Ao saudar os batistas brasileiros, ele destacou as ações dos membros da igreja local, tanto na propagação do Evangelho como no resgate social de famílias da capital federal e do Entorno.

– A igreja homenageada é resultado da vontade de semear a palavra e arrebancar ovelhas para o caminho do Senhor. O trabalho na capital federal tem frutificado de diversas formas e em múltiplas direções, como uma mão que se estende ao próximo em solidariedade – afirmou Marconi Perillo.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que o pastor responsável pela instalação da igreja em Brasília, James Everett Musgrave Junior, recentemente falecido, não tivesse sobrevivido para acompanhar as comemorações do jubileu de ouro. O reverendo, que faleceu em 16 de maio último, liderou o grupo de missionários que foram deslocados para a área da futura capital brasileira, quatro anos antes de sua inauguração, para organizar a nova igreja.

– Trata-se de uma das pri-



Senadores Mozarildo Cavalcanti (E) e Marconi Perillo, brigadeiro Sérgio Luiz de Oliveira Freitas, Josué Mello Salgado e João Roberto Raymundo na sessão solene

meiras instituições a trazer os ensinamentos e os valores da religião aos habitantes da nova capital – destacou o senador, de filiação católica, que também assinou o requerimento para a realização da homenagem.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que ali estava, como brasileiro e político, mas sobretudo como educador, para homenagear e também agradecer aos membros da igreja aniversariante pelo esforço dedicado à elevação dos valores espirituais. Como disse, o país poderá pro-

gredir com o avanço da educação e da ciência, sem desprezar os caminhos da espiritualidade, numa convivência fraterna de todas as religiões pela busca de valores acima das simples conquistas materiais.

– E olho com muito otimismo que, ao longo dos próximos 50 anos, vamos poder, sim, dar um salto. Não um salto de aumentar o produto, mas um salto de virar o rumo da nossa sociedade em uma direção cada vez mais culta, cada vez mais educada e cada vez mais espiritualizada – disse.

No mesmo dia e local, a fundação da igreja e da capital

Pastor da Igreja Memorial Batista de Brasília e presidente da Convenção Batista Brasileira, o reverendo Josué Mello Salgado falou em nome da comunidade batista. Ele destacou que, no mesmo dia e local da missa católica que assinalou o início do projeto da nova capital, em 1956, também se reuniram em um culto evangélico James Musgrave e demais missionários, para uma oração a Deus.

– Aquela impressionante cena antecipava a relevância da Igreja Memorial Batista, não apenas igreja para si mesma, mas igreja para a cidade, para a sociedade – comentou.

O reverendo disse que as igrejas de filiação batista têm como missão “fazer discípulos em todas as nações”, como ensina a Bíblia, mas essa tarefa não se confunde com “uma caçada a adeptos”. Antes, observou, é uma busca por discípulos que também devem atuar na sociedade, para uma ação transformadora.

Além da ênfase na formação e sustentação dos valores da família e na assistência social, as igrejas também atuam pela educação, disse ele. No país, funcionam dois colégios, um em Brasília e outro na capital de Tocantins, Palmas.



Membros da congregação batista cantam em Plenário: denominação está presente no Brasil desde o século 19

Coral entoa hinos evangélicos durante sessão

Membros da Igreja Memorial Batista lotaram o Plenário e as galerias do Senado. A sessão em homenagem aos 50 anos da congregação foi encerrada com hinos entoados por coral formado por grupos da igreja. Os Correios lançaram selo alusivo à data, como parte das comemorações do jubileu de ouro, segundo informou o senador Marconi Perillo.

Participaram da cerimônia o brigadeiro Sérgio Luiz de Oliveira Freitas, representando o mi-

nistro da Defesa, Nelson Jobim, e o embaixador do Iraque, Baker Fattah Hussein. Entre outros membros da igreja presentes ao ato, estavam o presidente da Convenção Batista do Distrito Federal, reverendo José Roberto Raymundo; e o vice-presidente da Igreja Memorial Batista, Paulo Vieira dos Santos.

O requerimento para a homenagem no Senado foi endossado pelos senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), Paulo Duque (PMDB-RJ) e Demostenes Torres

(DEM-GO).

A Igreja Memorial Batista de Brasília integra a Convenção Batista do Distrito Federal e a Convenção Batista Brasileira. O Templo Memorial, considerado uma das atrações de Brasília, se localiza na quadra 905 da Asa Sul.

Vindos dos Estados Unidos, os primeiros missionários batistas se estabeleceram no país no século 19. Os batistas são hoje a segunda maior denominação evangélica do Brasil.



O reverendo Josué Mello Salgado falou em nome da comunidade batista